



O académico Woodrow Wilson quando se preparava para concorrer ao cargo de governador de New Jersey, em 1910 (Biblioteca da Universidade de Princeton).

# «UMA VISÃO INTEMPESTIVA UM LEGADO INTEMPORAL» WOODROW WILSON E A IRRESISTÍVEL TENTAÇÃO DA PAZ DEMOCRÁTICA

Mónica Dias

THE LIFE OF THE NEW WORLD GROWS AS COMPLEX AS THE LIFE OF THE OLD.  
A NATION HITHERTO WHOLLY DEVOTED TO DOMESTIC DEVELOPMENT NOW FINDS ITS FIRST  
TASK ROUGHLY FINISHED AND TURNS ABOUT TO LOOK CURIOUSLY INTO THE TASKS  
OF THE GREAT WORLD AT LARGE, SEEKING ITS SPECIAL PART AND PLACE OF POWER.  
A NEW AGE HAS COME WHICH NO MAN MAY FORECAST. BUT THE PAST IS THE KEY TO IT;  
AND THE PAST OF AMERICA LIES AT THE CENTER OF MODERN HISTORY.

Woodrow Wilson (1901)

**N**um momento político em que tanto se debate o papel dos Estados Unidos da América no mundo, não deixa de ser pertinente recordar as palavras de Woodrow Wilson em epígrafe, que parecem repercutir-se até aos nossos dias. Não é, aliás, por acaso que na historiografia americana mais recente o século XX é, por vezes, designado como «wilsonian century», e que a influência de Wilson na política externa norte-americana é reconhecida como referência incontornável tanto por admiradores como por críticos, por «realistas» e «idealistas», por conservadores, «neoconservadores» e liberais. É sobretudo o seu carácter intempestivo e provocador que torna este difícil legado verdadeiramente estimulante. Aparentemente, não conseguimos conviver com ele, mas também não é possível viver sem ele. Nem o próximo Presidente dos Estados Unidos o conseguirá.

Como o provam variadíssimos trabalhos publicados nos últimos anos sobre o lugar da América num cenário internacional em transformação, podendo citar-se aqui autores tão díspares como Ikenberry (2000) ou Mearsheimer (2001), Smith (1994) ou Kissinger (1994), Ninkovich (1999) ou Perlmutter, e ainda Ruggie (1995) ou Mead (2001) e Mandelbaum (2002), os estudos mais relevantes sobre este tema partem sempre da análise das propostas que Woodrow Wilson lançou<sup>1</sup>. Valerá assim a pena articular alguns dos aspectos da reflexão sobre liderança e império, sobre multilateralismo e unilateralismo, com observações sobre o legado do 28.º Presidente dos Estados Unidos da América.

Este exercício impõe-se tanto mais quanto assistimos, particularmente depois do 11 de Setembro de 2001, a uma verdadeira inflação de referências a e de citações de Wilson que

são, por vezes, utilizadas (em estilo de colagem mediática simplista) fora ou mesmo contra o seu contexto. Contudo, as interpretações (mesmo as más) têm consequências e as opções de discurso nunca são ingénuas. E como o ressurgimento do chamado «wilsonianismo político» tem implicações não só na análise das Relações Internacionais, como ainda na Teoria Política e também na Teoria Cultural, consideramos de grande importância analisá-lo de modo mais atento.

### **O «WILSONIANISMO POLÍTICO»: DO AMERICANISMO AO INTERNACIONALISMO**

Como a citação inicial de Woodrow Wilson sugere, o «wilsonianismo» é frequentemente definido como a visão articulada por Wilson para definir um novo papel dos EUA na política externa. Esta proposta fundamenta-se essencialmente na transposição de um entendimento sobre «valores americanos» para a esfera internacional, fundindo-se deliberadamente elementos de natureza cultural e religiosa com pressupostos políticos

cuja alquimia veio alterar para sempre a (auto-)imagem da América no mundo.

NO ENTENDIMENTO DE WOODROW WILSON, A DEMOCRACIA AMERICANA PERSONIFICAVA TODOS ESSES VALORES, MOTIVO PELO QUAL ACREDITAVA QUE SE DEVIA EMPENHAR EM «PREPARAR O MUNDO PARA A DEMOCRACIA».

A observação de que o internacionalismo de Wilson deriva do seu «americanismo»<sup>2</sup>, parece-nos descrever com precisão a origem e também o impacto do «idealismo wilsoniano», pois é a ideia da excepcionalidade e prosperidade da experiência americana (histórica, política, religiosa e cultural) que leva – certamente orientado por boas intenções – a um projecto internacional com dimensão quase missionária.

Se bem que a noção de excepcionalidade não seja nova na história americana, é com Wilson que ela se projecta de um modo mais imediato para o exterior. Os objectivos formulados durante a sua presidência para os assuntos externos traduzem, pois, em grande medida, um desejo de expansão de princípios políticos como a liberdade, a participação política, o comércio livre e a cooperação – que se repercutem num liberalismo internacionalista essencialmente orientado por uma ideia de progresso enquanto auto-afirmação e autogovernança no respeito da soberania nacional, enquanto globalização económica regulada e segurança colectiva.

No entendimento de Woodrow Wilson, a democracia americana personificava todos esses valores, motivo pelo qual acreditava que se devia empenhar em «preparar o mundo para a Democracia» – em nome de um imperativo moral e do mais elementar interesse da nação. Num sentido quase mítico, a América toma uma dimensão universal: o país que tinha sido o arauto da liberdade e da democracia seria agora o príncipe de uma nova ordem mundial.

Mas qual o significado desta ideia wilsoniana de democracia? Esta questão (que geralmente não é colocada) parece-nos absolutamente crucial para entendermos a política internacional de Wilson, porque é, em última instância, sobre o conceito de democracia

que a sua visão do mundo vai assentar. Em nosso ver, a chave para entender o célebre apelo «to make the world safe for Democracy» de 1917, que hoje voltou a tornar-se slogan de campanhas e de estratégias de política internacional, encontra-se justamente num conjunto de textos escritos já entre 1885 e 1908 e que anunciam uma verdadeira «teoria da democracia»<sup>3</sup>.

A breve caracterização dessa teoria é tanto mais pertinente quanto servirá igualmente para desfazer alguns falsos pressupostos sobre a obra de Wilson, que tem não só uma vertente prático-política, como também uma vertente teórica (académica e ensaística). De facto, quando Woodrow Wilson assumiu a liderança do seu país em 1913, já tinha uma longa obra (enquanto professor universitário e estudioso de áreas como a Ciência Política, a História, o Constitucionalismo e o Direito Internacional, e dirigente de inúmeras instituições e associações científicas, sociais, religiosas e políticas) e habilitações excepcionais, parecendo toda a sua vida ter constituído uma preparação para o mais alto cargo do Estado<sup>4</sup>.

### **A TEORIA DA DEMOCRACIA DE WOODROW WILSON**

Os grandes temas que orientam uma reflexão que surpreende (ainda hoje) pela actualidade das propostas, particularmente se considerarmos o debate em torno do processo de transição para a democracia e de estabilização da ordem democrática e da paz, incidem sobre a natureza da democracia, a natureza e os objectivos do Estado democrático moderno ou, ainda, sobre as razões que fazem com que a democracia funcione nuns países enquanto noutros falha.

Na sua essência, a resposta é dada numa definição quase poética – um tom que caracteriza, pela sua mestria retórica e beleza literária, aliás, muitos dos textos de Wilson:

«Democracy is, of course, wrongly conceived when treated as merely a body of doctrine. It is a stage of development. The democratic state is not a piece of developed theory, but a piece of developed habit. It is not created by aspirations or by new faith; it is built up by slow custom. Its process is experience, its basis old wont, its meaning national organic oneness and effectual life. It comes, like manhood, as the fruit of youth: immature peoples cannot have it, and the maturity to which it is vouchsafed is the maturity of freedom and self-control, and no other. It is conduct, and its only stable foundation is character.»<sup>5</sup>

Destaca-se aqui, à partida, uma cosmovisão orgânica que se projecta sobre a esfera política e que observa a democracia como um fruto de uma evolução, de um processo gradual e natural. A democracia poderá, então, ser cultivada, e depende de hábitos e de experiências dos indivíduos no conjunto da sua comunidade. Depende mais concretamente de uma aprendizagem prática de convívio e de cooperação (individual, social e política), por um lado, e de autonomia (expressa na participação política), por outro. O governo democrático tem por isso uma dimensão iminentemente prática. É algo que faz naturalmente parte do dia-a-dia e, como surge de uma tradição comum, é fácil de

entender. Nada tem a ver com uma «teoria» complexa, elaborada nos laboratórios da especulação e que se aplica ou institui, depois, por um decreto numa determinada comunidade. A democracia acontece, pelo contrário, natural e gradualmente – mas apenas numa fase de grande maturidade do processo político. Não é teoria, mas experiência. Não é abstracta, mas concreta. Não é mecânica, mas orgânica<sup>4</sup>.

Do mesmo modo, poderíamos sublinhar nesta percepção uma crítica à teoria construtivista «apriorista» – o que não significa que se rejeita a «teoria» tout court, mas que se deve saber fazer surgir-la e alimentá-la da experiência. Consequentemente, a democracia não

A DEMOCRACIA NÃO PODERÁ JAMAIS RESULTAR DE UMA REVOLUÇÃO, NEM DEPENDE DE UMA ILUMINADA VONTADE GERAL, MAS UNICAMENTE DE UM CONSENSO VIVIDO. NÃO É UM REGIME IMPOSTO «DE CIMA PARA BAIXO», MAS CRESCE DE PEQUENOS GESTOS «DE BAIXO PARA CIMA».

poderá jamais resultar de uma revolução, nem depende de uma iluminada vontade geral, mas unicamente de um consenso vivido. Não é um regime imposto «de cima para baixo», mas cresce de pequenos gestos «de baixo para cima».

A necessidade que Wilson sente em demarcar a sua aceção de democracia da ideia

de revolução está certamente relacionada com o facto de, na segunda metade do século XIX, o conceito de democracia ainda estar predominantemente associado a caos e desordem, destabilização e arbitrariedade. Ora, para Wilson, a democracia é justamente a consagração da *ordem* política (bem ordenada), por excelência. Está inextricavelmente ligada à ideia de estabilidade, paz, liberdade e prosperidade e é assim expressão de uma idade de «maioridade» política. Esta ideia de maturidade tem uma dimensão não só colectiva, mas também individual, pois acredita-se que é sobretudo na democracia que as potencialidades do ser humano melhor se realizam. Esboça-se assim uma ligação entre a linha ontogenética e filogenética que se traduz numa sobreposição entre a ideia de crescimento do indivíduo e crescimento das civilizações, como ainda entre a formação ou maturação do carácter (cada vez mais virtuoso) e a política – correspondendo a democracia à forma política mais virtuosa. E por isso também mais exigente e difícil. Face à revolução ou a regimes autocráticos, esta assume-se como processo político moroso que exige um consentimento informado e generalizado perante todas as alterações e que deve ser baseado no debate informado e plural e, sobretudo, no consenso, na capacidade amadurecida de compromisso e cooperação. Mas como se chega a este estado de maturidade política aqui idealizado?

Na sua «teoria da democracia», o reitor da Universidade de Princeton vai definir certas pré-condições consideradas imprescindíveis ao surgimento da Democracia. Os primeiros requisitos ao desenvolvimento de um espírito democrático seriam «the greatest possible freedom of discussion», por um lado, e «the greatest possible diffusion of enlightenment», por outro. Estas condições indispensáveis assentam na educação sistemática e generalizada, mas diversificada, de toda a população mas também são impulsionadas pelo poder da informação e da comunicação que – já no final do século XIX –

transformava uma nação num espaço global. Para Wilson, a democracia tomaria gradualmente uma força imparável e multiplicadora, pois suscitaria cada vez mais interesse pela causa pública, não só a um nível nacional, como também a um nível internacional: «all the world [...] is fast being made every man`s neighbour»<sup>7</sup>. Uma população informada não aceitaria passivamente a vontade daqueles que governam e exigiria debater as políticas propostas para as consentir ou rejeitar. Num mundo global, o «spill-over effect», seria então um factor charneira para o estabelecimento da democracia.

Obviamente, liberdade de expressão e educação e formação pressupõem, no entanto, certos princípios anteriores, mas essenciais à democracia. São esses a igualdade perante a lei, a divisão dos poderes e a descentralização do governo e da administração, o respeito pela lei e por certos direitos fundamentais aí consagrados, eleições livres, o acesso a instituições e a consagração da liberdade entendida como obediência à lei e a essas instituições. Outras condições fundamentais para a democracia que Wilson reclama remetem-nos mais para uma esfera cultural. Devemos referir, aqui, em primeiro lugar a importância da homogeneidade da população e de crenças e valores comuns para que a Democracia se possa desenvolver e solidificar e, em segundo lugar, a disponibilidade da população para agir como uma comunidade homogénea.

Como se vê, a democracia na acepção de Wilson não é um remédio generalista e de fácil aplicação para todas as doenças do mundo – em vez de uma solução simples, deve ser antes encarada como uma interpretação complexa do espaço político nacional e internacional.

Mas ao contrário do que se possa supor, a ideia de um processo político orgânico fundado em tradições (que mais facilmente associamos a uma herança conservadora) abre-se aqui a uma visão de progresso. E abre-se sobretudo aos novos desafios que um mundo em transformação lança à nação americana: assim, a democracia no final do século XIX deveria saber acolher as novas descobertas tecnológicas, a imigração e as mais recentes tendências políticas que se faziam sentir na Europa. Ao desafio de uma nova vaga de «globalização» que traria consigo potencialidades e perigos, o professor de Princeton respondia apontando para a natureza dinâmica da democracia americana.

Neste sentido, entendemos ser um erro ligar a herança de Wilson às propostas de Fukuyama, pois, ao contrário das teses deste autor sobre o fim da história na celebração da democracia americana, Wilson defende a natureza inerentemente aberta da democracia que se coloca ao mundo como estimulante tarefa e permanente desafio. Segundo Wilson, a democracia não é estática, tal como um produto político acabado, mas encontra-se sempre «em devir» o que faz com que não seja fácil preservar as suas características fundamentais perante a lei orgânica da transformação. A democracia é, assim, uma complexa arte de equilíbrio que exige, por isso, não só uma grande maturidade por parte da população, mas também uma liderança forte e esclarecida, capaz de unir a variedade, de criar um espírito de coesão na diversidade e de transmitir um sentimento de confiança

e identidade<sup>8</sup>. Neste sentido, Wilson associa a sua teoria da democracia a uma autêntica «teoria de liderança» que desenvolve, primeiro, nos seus estudos e, mais tarde, durante a sua presidência.

Pelos motivos apontados, consideramos que Woodrow Wilson nunca preconizaria o estabelecimento da democracia num espaço sem tradições democráticas, e muito menos

WOODROW WILSON NUNCA PRECONIZARIA  
O ESTABELECIMENTO DA DEMOCRACIA NUM  
ESPAÇO SEM TRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS,  
E MUITO MENOS SEM HÁBITOS  
«PRÉ-DEMOCRÁTICOS».

sem hábitos «pré-democráticos» (os já referidos pré-requisitos). Está, neste sentido, muito próximo de pensadores como Huntington, Dahrendorf ou Timothy Garton Ash. Mesmo numa fase mais tardia, o 28.º Presidente dos EUA afirmaria explicitamente que o mundo deveria ser preparado

para a Democracia, uma vez que este modelo político já teria revelado e comprovado as suas virtualidades, possibilitando liberdade, ordem, progresso, prosperidade e sobretudo paz. Provavelmente inspirado por Kant, o mundo seria, na visão de Wilson, um lugar mais seguro, cooperante e evoluído se esta forma de governo chegasse a outras partes do mundo. Esse processo seria, porém, longo. Não faz muito sentido sugerir que Wilson se pronunciou a favor da instituição (a curto prazo) da democracia indiferentemente em qualquer parte do mundo porque a distinção entre «preparar» e «instituir» – se bem que pequena – é relevante, não só em termos teóricos como em termos práticos! E mais uma vez a sintaxe política esclarece que a diferença está neste detalhe: propõe-se «tornar o mundo seguro para (o crescimento gradual da) a democracia» – e não instituir a democracia (à partida) para assim tornar o mundo mais seguro.

Todavia, temos de admitir que as palavras de Wilson nos lançam alguns problemas de interpretação neste ponto, pois permitem várias possibilidades de significação. É por este motivo que podemos mesmo afirmar que os discursos mais sugestivos de Wilson são também os mais «permeáveis» à sua própria desvirtuação. Na sua força apelativa perduram no tempo e ajustam-se aos mais diversos textos e contextos. A sua herança é consequentemente ambígua e muito complexa.

## **DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA À PAZ NO MUNDO**

A complexidade da obra de Wilson manifesta-se já nos seus escritos teóricos em que o gradualismo está intimamente entrelaçado ao progressismo, fundindo elementos do conservadorismo, como o respeito pela tradição, com elementos de um construtivismo liberal que acredita numa ideia da «perfectibilité». Por seu lado, este optimismo civilizacional, que é uma prova evidente do seu liberalismo quase voluntarista, está inextricavelmente ligado a uma visão profundamente religiosa (cristã) do mundo. Estas ambivalências vão repercutir-se na acção política do Presidente Wilson – expressando-se provavelmente com mais insistência quando a sua administração tenta exportar princípios da Democracia americana para o palco internacional.

O desejo de instituição de uma Sociedade das Nações por Tratado (num mundo acabado de sair de uma verdadeira barbárie, sem sólidas tradições de democracia internacional) é disso um bom exemplo. A visão de uma paz democrática no mundo, por mais nobre que fosse, era certamente um desafio desconcertante. Como entender este ímpeto intervencionista e institucionalista numa mundivisão organicista? E como se passa de uma margem para a outra?

No início da I Guerra Mundial, o Presidente apresenta a famosa justificação da neutralidade americana que confirma a sua ligação ao movimento pacifista<sup>9</sup>. Mas em 1916 e 1917 assistimos a uma profunda mudança de posição. Com a mesma convicção defende-se aí a necessidade da guerra que é, aí, justificada como meio de terminar todas as guerras e de estabelecer uma paz duradoura. A guerra anunciada literalmente como «guerra para terminar todas as guerras» é, assim, paradoxalmente justificada em nome da paz e da democracia. Como podemos explicar esta viragem no pensamento do Presidente americano?

Wilson faz uma leitura muito crítica do princípio do «equilíbrio de poder». A sua primeira atitude como estadista é distanciar-se da esfera internacional, por tanto discordar do seu sistema, pois a neutralidade americana colocaria a nação acima das rivalidades atávicas europeias. Num segundo e decisivo momento (que irá marcar a política externa norte-americana para sempre), decide intervir para alterar esse mecanismo internacional. Podemos mesmo dizer que é a sua visão de um novo sistema internacional – uma ordem de paz democrática – que lhe dá a principal justificação para a entrada na Grande Guerra. Já no final do ano de 1915, Edward Grey, o ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, e o conselheiro de Estado americano, coronel House, sugerem a Wilson a organização de uma «League of Nations», que teria por objectivo o reforço da proposta de mediação dos EUA na crise europeia, facilitando um armistício. Wilson fica mais do que satisfeito com essa proposta que vinha ao encontro dos seus próprios planos<sup>10</sup> e decide dedicar-se a ela de corpo e alma, desenvolvendo uma verdadeira estratégia para instituir um sistema com capacidade de garantir a paz. Um projecto filosófico, a ideia kantiana de uma «liga para a paz» (*foedus pacificum*), encontra assim uma possível configuração política na Sociedade das Nações.

Como muitos dos seus críticos afirmam, Wilson soube reconhecer a interdependência de um mundo cada vez mais global e ousou explorar o horizonte de possibilidades aí revelado com um propósito universal, mas não reparou bem nas diversidades desse novo espaço plural. Assim, acreditava ser possível implementar esse sistema por não avaliar bem as muitas diferenças culturais e o interesse nacional de outros povos que faziam do mundo um campo difícil para a cooperação e para a paz. A desarticulação entre pressupostos universalistas e experiências de pluralismo, entre a projecção imediata da unidade democrática que se solidificara nos Estados Unidos depois da Guerra Civil para um mundo de diversidades dilacerantes no final da I Guerra Mundial, acabou por travar o alcance do projecto do liberalismo americano. Mas, independentemente deste dilema,



estaria o mundo já preparado para uma estrutura internacional de cooperação «democrática» no início do século XX? Seria possível impor um sistema que não tinha crescido naturalmente através de uma aprendizagem civilizacional?

Apesar destas objecções muito pertinentes, devemos reconhecer que Wilson tinha provavelmente razão em julgar que o novo sistema que propunha seria melhor do que o até aí existente. Afinal, a desordem e o terror da Grande Guerra eram vistos como consequência da política de poder da Velha Europa. Além disso, a experiência extrema de uma guerra com dimensões até aí inauditas, obrigaria necessariamente a um «salto» civilizacional capaz de preservar a Humanidade.

Como argumenta Frank Ninkovich a este respeito, Wilson fora um dos primeiros estadistas a sentir o terror da guerra como expressão das potencialidades negativas da grande máquina das relações internacionais do seu tempo, entendendo, por isso, que só uma medida drástica poderia evitar uma destruição em massa: «According to his grim diagnosis, only a radical experimental treatment promised any hope at all for a cure.»<sup>11</sup> Se bem que acontecimentos de excepção exigem, por vezes, medidas de excepção, a transferência desta lógica para as relações internacionais não deixa de ser complicada<sup>12</sup>. A solução para a ameaça extrema é formalmente apresentada e justificada por Wilson no célebre discurso proferido perante o Senado Americano a 22 de Janeiro de 1917: «There must be, not a balance of power, but a community of power; not organized rivalries, but an organized common peace.» E com este propósito inabalável, Wilson traçou princípios que iriam marcar para sempre a política externa norte-americana, destacando-se aqui apenas três aspectos que consideramos mais representativos.

**I.** Partindo do princípio de que os Estados Unidos da América teriam uma experiência histórica e política excepcional, legitima-se a intervenção no mundo como causa desinteressada e nobre que tem por objectivo exclusivo levar outros povos a uma ordem democrática de paz e de prosperidade. Segundo Wilson, a América deve intervir porque num «tempo moderno» o isolacionismo seria um sinal de «provincianismo» face às exigências de um mundo interdependente. Já em 1916 proclamara, neste sentido: «We are participants, whether we would or not, in the life of the world. [...] What affects mankind is inevitably our affair as well.»<sup>13</sup>

Chama-se assim a atenção para o facto de os EUA não terem estado envolvidos nas causas da guerra – sofrendo, no entanto, fortemente as suas consequências. Para além do traço universalista, formaliza-se assim também um novo propósito nacional que revela, por um lado, uma atitude de paternalismo político e, por outro, uma re-significação dos conceitos de «intervencionismo» e de «imperialismo».

É esta uma primeira marca da política externa norte-americana.

**2.** A visão de uma paz democrática como solução para os conflitos internacionais torna-se um programa político inevitável que, levado às suas últimas consequências, legitima a utilização da força. Para Wilson, a única resposta à vontade de guerra alemã, conduzida pelo militarismo e autoritarismo antidemocrático, seria o uso determinado da

força: «Force, Force to the utmost, Force without stint or limit, the righteous and triumphant Force which shall make Right the law of the world, and cast every selfish dominion down in the dust.»<sup>14</sup> O discurso inflamado deixa transparecer os contornos de um justiceiro destemido que, fazendo sentido no seu contexto histórico (pontual), levanta muitas questões quando transposto para toda uma estratégia (generalizada) de política internacional. Assim, o debate em torno da legitimidade de uma «intervenção por uma ordem política melhor», da «guerra pela paz» e, no fundo, da «paz democrática à força» continuam a marcar a agenda internacional como um *leitmotiv* wilsoniano<sup>15</sup>.

A VISÃO DE UMA PAZ DEMOCRÁTICA COMO SOLUÇÃO PARA OS CONFLITOS INTERNACIONAIS TORNA-SE UM PROGRAMA POLÍTICO INEVITÁVEL QUE, LEVADO ÀS SUAS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIAS, LEGITIMA A UTILIZAÇÃO DA FORÇA.

3. Outro aspecto importante que Wilson consolida na política externa norte-americana é a distinção entre o regime agressor (neste caso o governo antidemocrático do Kaiser) e o povo (o povo alemão) que é encarado como vítima dos seus próprios governantes. Em vários discursos, o Presidente americano deixa, assim, muito claro que o povo alemão não é um inimigo e que os EUA estão dispostos a ajudá-lo. No final da guerra, esta atitude teve três consequências de relevo: em primeiro lugar, desequilibrou-se o moral de guerra vencendo-se uma importante batalha psicológica; em segundo lugar, preparou-se a paz tentando criar nos aliados um sentimento de compaixão; por último, deu-se um importante sinal aos regimes não-democráticos formulando uma crítica geral a todos os sistemas autoritários e militaristas face ao ideal de uma paz democrática. Também esta atitude de alcance mais subtil continuou a caracterizar a política externa norte-americana até aos nossos dias.

Contudo, o propósito de Woodrow Wilson – a criação de uma organização supranacional para uma paz democrática – teria de aguardar muitos anos e ainda outras guerras. Como o sugerem alguns analistas, a SDN falhou provavelmente porque Wilson avaliou mal as condições de negociação e porque (ironia suprema!) abriu mão dos seus princípios idealistas acabando por se ver preso numa teia de compromissos e concessões que apenas fomentavam velhos interesses nacionais de um mundo que, no início do século XX (evocando-se aqui a sabedoria acutilante de Kant), «ainda estava muito longe de estar civilizado». Esta história trágica, contada em estudos tão significativos como o de Margaret MacMillan<sup>16</sup>, é naturalmente muito mais complexa<sup>17</sup>. Contudo, não é este o contexto que nos permite discutir o tema da Sociedade das Nações que aqui apenas focamos como exemplo do carácter intempestivo da política de Wilson – valendo, porém, a pena acrescentar-se que ainda hoje as propostas de uma organização mais efectiva de segurança colectiva ligadas a ideias sobre *global governance* continuam um tema que suscita muita controvérsia. A tensão entre uma interpretação cultural que defende o crescimento orgânico de uma sociedade sem intervenção artificial e uma pulsão interventiva que parece querer legitimar certas formas de «engenharia social» evidencia-se aqui mais uma vez.

Muito recentemente, Johann Hari discutia esta mesma tensão num artigo publicado no *Times Literary Supplement* de 28 de Março de 2003<sup>18</sup>. A propósito de uma análise da situação política actual e, mais precisamente, tendo em vista a Guerra do Iraque, observa-se aí que Wilson teria fundado uma política externa norte-americana que se orientaria por dois princípios distintos: o primeiro apostaria na expansão e na instituição da Democracia em todo o mundo, o que facilmente levaria ao intervencionismo político, por vezes até por meios agressivos e unilaterais; o segundo defenderia, em contrapartida, o valor absoluto do direito internacional e o estabelecimento de uma autoridade supranacional capaz de garantir o respeito desses princípios inalienáveis.

### **A IRRESISTÍVEL TENTAÇÃO DA PAZ DEMOCRÁTICA**

A obra de Woodrow Wilson espelha, provavelmente como nenhuma outra, a tensão na política e cultura americana entre vocação universalista e celebração do pluralismo, entre assimilação e autodeterminação, entre um fortíssimo espírito de intervenção e missão que se lança sobre o novo e a valorização da tradição que cresce de velhos hábitos e costumes. Talvez seja essa a razão que torna o seu legado simultaneamente tão exemplar e tão fértil.

No fundo, é uma tensão que se expressa, por excelência, na irresistível tentação da paz democrática. Foi a última tentação de Wilson – e a primeira de uma nova era da política externa norte-americana.

A pertinência do wilsonianismo numa ordem mundial em transformação revelou-se por excelência no pós-Guerra Fria. No início dos anos 90, a grande dificuldade que se colocava à comunidade internacional era saber equilibrar a tensão entre um nacionalismo reemergente e uma interdependência crescente, entre o direito à auto-afirmação e o respeito da Lei Internacional ou ainda entre a tolerância perante as diferenças culturais consagradas na defesa do princípio do pluralismo e a afirmação e consolidação de princípios universais, como, por exemplo, os Direitos Humanos. Como observou

E HOJE, COMO NO TEMPO DE WILSON, O CONCEITO DE NATION-BUILDING VOLTA A EVIDENCIAR A TENSÃO ENTRE IDEALISMO E INTERESSE NACIONAL, ENTRE UM PROJECTO INTERNACIONALISTA E UNIVERSALISTA, POR UM LADO, E UMA AMBIÇÃO UNILATERALISTA QUE AFIRMA O PODER DO MAIS FORTE, POR OUTRO.

o recentemente falecido Daniel Patrick Moynihan<sup>19</sup>, Wilson colocou muitos destes aspectos na agenda internacional que, no início do século XXI, voltam a exigir uma resolução.

Na actualidade, e a propósito da controvérsia gerada em torno da Guerra do Iraque, assistimos ainda a outro desafio lançado por Wilson: a ideia de um *nation-building* é,

de certo modo, criada pela administração de Wilson e torna-se um elemento importante da política externa norte-americana ao longo do século XX. Curiosamente, é justamente um Presidente que à partida nada parecia ter a ver com a herança de Wilson que volta a invocar o seu legado. No momento presente, a democratização do Médio Oriente (e, por

consequência, a definição de um novo mapa para toda a região garantindo às diferentes comunidades auto-afirmação, participação política, liberdade e bem-estar económico) com vista ao estabelecimento da paz é o grande objectivo estratégico dos EUA – novamente preconizado em nome de um certo imperativo moral e do mais elementar interesse da nação. E hoje, como no tempo de Wilson, o conceito de *nation-building* volta a evidenciar a tensão entre idealismo e interesse nacional, entre um projecto internacionalista e universalista, por um lado, e uma ambição unilateralista que afirma o poder do mais forte, por outro.

A agenda internacional revela, assim, nitidamente um espírito «wilsoniano». No bom e no mau sentido. Essa é uma das razões pela qual vários comentadores falam do «fantasma de Wilson» na diplomacia americana<sup>20</sup>. Robert McNamara, o antigo secretário da Defesa de Kennedy e, posteriormente, presidente do Banco Mundial (profundamente marcado pela experiência do Vietname), é talvez o mais importante defensor dessa tese, reafirmando no seu livro *Wilson's Ghost*<sup>21</sup> a pertinência das políticas de Wilson para o nosso tempo. Na sequência daquilo que considera o grande ensinamento de Wilson, avança dois princípios ou «imperativos» para a política externa dos EUA e que se traduzem num verdadeiro programa para o século XXI: o primeiro proclama a importância de imperativos morais na política internacional; o segundo identifica a afirmação do multilateralismo como forma mais viável de construir hoje uma ordem mundial para a paz. Subjacente a estas propostas está uma mensagem dirigida aos políticos americanos: devem assumir o legado de Wilson, aprendendo com os seus erros e ganhando coragem com a sua visão.

A visão de Woodrow Wilson é como um rastilho. É impossível parar a corrente que originou ou reverter as transformações que provocou. Com traços ainda hoje intempestivos, a política americana imaginada por Wilson continua, pois, inevitavelmente no centro do mundo, forjando o centro da nossa História.

Em 1991, George Kennan, diplomata e historiador, admitia: «I now view Wilson [...] as a man who like so many other people of broad vision and acute sensitivities, was ahead of his time and did not live long enough to know that great and commanding relevance many of his ideas would acquire before this century was out.»<sup>22</sup>

É fácil entender que, no seu tempo, Wilson foi uma personalidade intempestiva. O que está por descobrir é se o seu legado se mantém intemporal. **RF**

**1** Não sendo possível citar neste contexto uma enumeração mais completa dos estudos desenvolvidos nesta área, acrescentamos apenas algumas outras breves referências que nos parecem mais significativas: Michael Mandelbaum, *The Ideas that Conquered the World* (2002), John Ikenberry *After Victory* (2000), John Mearsheimer, *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), Walter Russel Mead, *Special Providence: American Foreign Policy and How it Changed the World* (2001), Robert MacNamara, *Wilson's Ghost* (2001), Frank Ninkovich, *The Wilsonian Century* (1999), Amos Perlmutter, *Making the World Safe for Democracy* (1997), John Gerard Ruggie, *Winning the Peace: America and World Order in the New Era* (1995), Tony Smith *America's Mission* (1994), Akira Iriye, *The Globalizing of America* (1993), Henry Kissinger, *Diplomacy* (1994).

**2** Cf. Lloyd E. Ambrosius, *Wilsonianism* (2002), p. 21.

**3** Provavelmente por se dar mais atenção à actuação de Wilson enquanto Presidente, não se observa com tanto interesse a fase em que o historiador e politólogo se dedica à reflexão académica e ensaística. As nossas breves considerações que seguidamente apresentaremos (e que fazem parte de um estudo mais exaustivo sobre Wilson) partem de referências a textos como «Government by Debate» (1884), «The Art of Governing» (1885), «The Modern Democratic State» (1885), «Nature of Democracy in the United States» (1889), «Democracy» (1891), «Liberty and Government» (1894), *Congressional Government* (1885), *The State* (1889), *History of the American People* (1902), *Constitutional Government* (1908).

**4** Sublinhe-se que a ideia de que estaria pouco preparado na área das relações internacionais é infundada, se bem que Wilson se mostrasse mais interessado em assuntos domésticos quando assumiu o poder. Com o tempo esse interesse iria deslocar-se cada vez mais para a esfera internacional.

**5** «The Modern Democratic State» (1885), *The Papers of Woodrow Wilson* (doravante WWP), vol. V, p. 63.

**6** Reconhece-se aqui a influência evidente de pensadores como Burke, Goethe, Bagehot, Henry Maine e Herbert Spencer, a quem Woodrow Wilson presta homenagem.

**7** «Modern Democratic State» (1885), WWP, vol. 5, p. 72.

**8** Em resumo, são as próprias palavras de Woodrow Wilson que mais expressivamente

definem o seu conceito de democracia: «It is a form of state life which is possible for a nation only in the adult age of its political development. A people must have gone through a period of political tutelage which shall have prepared them by gradual steps of acquired privileges of self-direction for assuming the entire control of their affairs. Long and slowly widening experience in local self-direction must have prepared them for national self-control. They must have acquired adult self-reliance, self-knowledge, and self-control, adult soberness and deliberateness of judgement and sagacity in self-government, adult vigilance of thought and quickness of insight. When practiced, not by communities, but by nations, democracy [...] is possible only amongst peoples of the highest and steadiest political habit. It is the heritage of races purged alike of hasty, barbaric passions and of patient servility to rulers, and schooled in temperate common counsel. It is an institution of political noon-day [...]. It can never be made to sit easily or safely on first generations, but strengthens through long heredity. It is poison to the infant, but tonic to the man. Monarchies may be made: but democracies must grow.» («Modern Democratic State» (1885), *op. cit.*, p. 71).

**9** «The example of America must be the example not merely of peace because it will not fight, but of peace because peace is the healing and elevating influence of the world and strife is not. There is such a thing as a man being too proud to fight. There is such a thing as a nation being so right that it does not need to convince others by force that it is right.» Cf. Arthur Link, *Woodrow Wilson: The Struggle for Neutrality*, Princeton University Press, Princeton, 1960, p. 87.

**10** Influenciado por propostas de vários internacionalistas (tanto da ala liberal como conservadora), Wilson já em 1915 tinha uma ideia muito concreta sobre a possibilidade de uma instituição internacional de segurança colectiva.

**11** Frank Ninkovich, *The Wilsonian Century: American Foreign Policy Since 1900*, Chicago University Press, Chicago, 1999, pp. 48, 49.

**12** Note-se que ainda muito recentemente Robert Cooper, um conselheiro de Tony Blair, referiu a propósito das difíceis decisões na tentativa de garantir a paz no mundo contemporâneo: «[...] the challenge to post-modern world is to get used to the idea of double standards.» [Cf. Johann Hari, «A disputed legacy. What foreign policymakers in US and Britain can learn from Woodrow

Wilson», in *Times Literary Supplement*, 28 de Março de 2003, pp. 14-15].

**13** Citamos aqui do memorável discurso de Wilson perante a League to Enforce Peace, em Maio de 1916. Note-se, porém, que a noção de uma interdependência global já é apresentada em muitos textos anteriores.

**14** WWP, vol. 56, p. 465.

**15** É evidente que este tema tem antecedentes filosóficos importantes na civilização ocidental. O que distingue Wilson é provavelmente o facto de ter tido a determinação e o poder de pôr as suas ideias em prática (ordenando sete intervenções militares e encarou o uso da força como recurso necessário à possibilidade da paz), tendo agido sobre o mundo de modo a transformá-lo tão significativamente.

**16** Margaret Macmillan, *Peacemakers* (2001). Veja-se também Ray Stannard Baker, *What Wilson did at Paris* (1919), Thomas Bailey, *Woodrow Wilson and the Lost Peace* (1944), ou Alan Cranston, *The Killing of Peace* (1945), entre outros trabalhos.

**17** Há as mais variadas teses sobre a batalha de Woodrow Wilson para um Tratado de Paz. O facto de Wilson ter perdido o apoio do Congresso e do Senado (tendo-se envolvido seguidamente num braço de ferro obsessivo com Henry Cabot Lodge, o porta-voz republicano) e de outros aliados importantes nos Estados Unidos ou a evidência de Wilson estar fisicamente cada vez mais debilitado são aspectos a considerar no complexo xadrez da (não) participação americana na criação da SDN. Um outro factor de relevo prende-se com a natureza difícil do discurso dos «14 Pontos». Se bem que valioso para terminar a guerra, revelou-se menos propício à reconstrução da paz. A força das esperanças que criou foi, no fim, proporcional à intensidade das desilusões que gerou.

**18** Cf. Johann Hari, *op. cit.*

**19** Cf. Daniel Patrick Moynihan, *Pandaemonium: Ethnicity in International Politics*, Oxford University Press, New York, 1993.

**20** A título de exemplo, citam-se aqui apenas Robert S. McNamara, Stanley Hoffmann ou Lloyd Ambrosius.

**21** Robert McNamara e James G. Blight, *Wilson's Ghost. Reducing the Risk of Conflict, Killing and Catastrophe in the 21st Century*, Public Affairs, New York, 2001.

**22** Cf. Robert McNamara, *op. cit.*, p. 9.